

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS-UNIS/MG
COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
GUSTAVO FELIPE SILVA

ARIADNÓPOLIS: em busca de identidade

Varginha
2018

GUSTAVO FELIPE SILVA

ARIADNÓPOLIS: em busca de identidade

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel, sob orientação do Prof. Marco Antonio de Nogueira Azze.

**Varginha
2018**

GUSTAVO FELIPE SILVA

ARIADNÓPOLIS: em busca de identidade

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel, sob orientação do Prof. Marco Antonio de Nogueira Azze.

Aprovado em / /

Prof. Marco Antonio de Nogueira Azze

Prof. Esp. Rodrigo Faria

Profa. Dra. Terezinha Richartz

Obs.:

Dedico este trabalho ao quilombo Campo Grande localizado no município de Campo do Meio (MG), e às 450 famílias que residem nesse território, reforçando a função social da terra, e permitindo que mais de 2000 pessoas tenham acesso a um local que reafirme sua identidade, e lhes devolva a capacidade de produzir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família, que me garantiu a possibilidade de cursar Jornalismo no Centro Universitário do Sul de Minas, e descobrir uma área profissional brilhante e extremamente necessária. Gostaria de agradecer também a alguns professores: Romilson Marco dos Santos, Marco Antonio de Nogueira Azze, Carina Adrielle Duarte de Melo, Rafael de Almeida Moreira e Stefano Lombardi Lopes, que expandiram meu campo de visão quanto à sociedade, ao jornalismo, e a meus próprios anseios pessoais e profissionais. Estendo meus agradecimentos também a todos os jornalistas que em algum momento do meu período de graduação, me influenciaram na adoção do pensamento crítico e abordagem plural na atuação jornalística, buscando transmitir informações esclarecedoras a fim de contextualizar a realidade das situações, de forma humanizada e empática. Por fim, agradeço à minha noiva Ana Carolina Falcão Victor Carneiro, por trazer para a minha vida a vontade de agir, e me mover em prol da mudança de questões que afetam as camadas mais excluídas de nossa sociedade. Por trazer a consciência de que não vivemos apenas da razão, e que os sentimentos nos permitem estabelecer bases em busca de ações revolucionárias. Por me devolver a vontade de recuperar a realidade próspera em nossa sociedade, e atuar no desenvolvimento de um ambiente acolhedor para o nosso futuro, junto àqueles que lutam ao nosso lado.

“Jornalismo é oposição, o resto é armazém de secos e molhados” – Millôr Fernandes

RESUMO

O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo. A forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que perduram no Brasil até os dias de hoje. Movimentos campestres surgiram em busca de reformas no sistema de distribuição agrária do país, e promoveram o debate com o Estado a respeito da concentração de terras. No entanto, a luta pelo direito à terra encontrou um opositor à altura: o agronegócio, que através das influentes bancadas ruralistas tem dificultado o acesso ao território por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por ferirem a lógica mercantil com a qual é tratada a terra no Brasil. Inflamando a opinião pública com generalizações e informações tendenciosas, criou-se um espectro negativo e desinformado em relação ao MST. O objetivo desse artigo é esclarecer a relevância nacional e internacional do MST no que diz respeito à discussão sobre reforma agrária e produção agrícola, além de desmistificar questões que classificam o movimento como criminoso. Através de uma pesquisa de campo realizada no assentamento Nova Conquista II no município de Campo do Meio (MG), foi desenvolvido o livro-reportagem “Ariadnópolis – em busca de identidade”, que reúne histórias e relatos dos 20 anos de enfrentamento do MST atrás da desapropriação e do acesso às terras não utilizadas da Fazenda Ariadnópolis. Sendo assim, o estudo propõe reflexões quanto à opinião pública negativa frente ao movimento, tomando como base seu histórico e sua relevância social e econômica.

Palavras-chave: Assentamento. Campo do Meio. MST. Reforma Agrária.

ABSTRACT

Brazil is one of the countries with the largest concentration of land in the world. The form of occupation of our lands by the Portuguese established the roots of social inequality that persist in Brazil to this day. Peasant movements emerged in search of reforms in the country's agrarian distribution system, and promoted the debate with the State regarding the concentration of land. However, the fight for the right to land has encountered an opposition: Agribusiness, which through the influential ruralist groups has hindered access to the territory by the Landless Workers Movement (MST), because they hurt the mercantile logic with the which land is treated in Brazil. By inflaming public opinion with generalizations and biased information, a negative and uninformed spectrum was created in relation to the MST. The objective of this article is to clarify the national and international relevance of the MST with regard to the discussion on agrarian reform and agricultural production, as well as to demystify issues that classify the movement as criminal. Through a field survey carried out in the settlement Nova Conquista II in the municipality of Campo do Meio (MG), the book-report "Ariadnópolis - in search of identity" was developed, which gathers stories and accounts of more than 15 years of confrontation of the MST behind the expropriation and access to the unused land of the Ariadnópolis Farm. Thus, the study proposes reflections on negative public opinion regarding the movement, based on its history and its social and economic relevance.

Keywords: *Settlement. Campo do Meio. MST. Land reform.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	10
2.1 A questão agrária no mundo.....	11
2.2 Ariadnópolis.....	14
2.3 Em busca de identidade.....	16
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	21
5 CONCLUSÃO.....	22
REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988, artigo 5º, inciso XX).

A desigualdade tem origens diferentes e consequências negativas para a garantia de direitos e o desenvolvimento sustentável. Entre suas causas estruturais está a concentração da terra, um fator de preocupação na América Latina e, especialmente no Brasil. A concentração da terra no país está ligada a fatores como o êxodo rural, a captura de recursos naturais, a degradação do meio ambiente, mas principalmente à formação da elite ruralista associada a um modelo agrícola baseado no latifúndio de monocultivo, voltado à produção de commodities para exportação e não para a produção de alimentos. A desigualdade é um grave e urgente problema no Brasil e sua solução passa por transformações em suas causas estruturais.

Muito mais do que apenas uma posse, a propriedade possui uma função social. Ela está diretamente atrelada à realização pessoal e a segurança de cada indivíduo, refletindo no bem-estar coletivo. Toda pessoa residente no Brasil, tem o direito à propriedade. Sendo assim, cada pessoa assume também compromissos que envolvem o uso consciente dos recursos naturais da propriedade assim como a posse socialmente responsável, para que os interesses econômicos e pessoais não sejam mais influentes que os interesses coletivos da sociedade.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A relação da terra como bem mercadológico se consolidou ao longo da formação do Brasil. Presente desde a época da colonização até 1832, o sistema das Sesmarias concedia terras brasileiras a amigos do rei. Em 1850, esse sistema foi substituído pela Lei de Terras, que permanece até hoje como uma referência na história agrária brasileira.

Segundo a Lei de Terras o acesso à propriedade seria restrito a quem pudesse pagar por ela, dificultando a possibilidade de ex-escravos, imigrantes e pessoas sem poder aquisitivo, terem acesso à propriedade. Porém, a Lei de Terras permitiu o surgimento de uma prática ilegal conhecida como grilagem, que utilizava de documentações forjadas para realizar a apropriação de terras devolutas, terrenos públicos sem destinação pelo Poder Público. Dessa forma foi facilitada às oligarquias a apropriação ilegal de terras, consolidando o modelo de grandes propriedades rurais. Abrindo terreno para as desigualdades sociais e territoriais encontradas hoje no Brasil.

O primeiro documento a tratar da reforma agrária na história do Brasil foi o Estatuto da Terra, elaborado pelo governo da ditadura militar, em 1964. O objetivo do governo não era aplicar a Lei, mas sim controlar os conflitos por terra. Os governos da ditadura militar reprimiam as ações dos trabalhadores que lutavam por direitos, como acesso à terra e melhores condições de trabalho. Depois de 15 anos da ditadura militar, os trabalhadores do campo e da cidade intensificaram suas lutas para reconstruir a democracia e reconquistar direitos.

No campo, a partir da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nasceram experiências de luta pela terra que gestaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no ano de 1984, oficialmente no município de Cascavel-PR. Essas ações mantiveram na pauta política a questão da reforma agrária, que havia sido sufocada com o golpe militar de 1964. O Movimento Sem Terra, de acordo com dados do próprio movimento, está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais.

No entanto, como analisa o estudo elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário “Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais”,

Os avanços que têm contribuído para fazer frente aos resultados do déficit histórico da presença do estado e de políticas de garantias de direitos são inúmeros, mas é preciso considerar que eles ainda não são suficientes para

atender a todas as necessidades de homens e mulheres, assentados, agricultores familiares e dos povos e comunidades tradicionais. Os desafios são muitos. (BRASIL, 2008, p.10).

Dentre os grandes desafios a serem enfrentados na busca por alcançar uma reforma agrária que seja aplicada de forma plena no território nacional, surge o agronegócio com toda sua potencialidade e influência promovidas pela volumosa bancada ruralista, que elabora a Reforma Agrária de Mercado, uma tentativa de tirar a luta popular do antro político e passá-la para o território mercadológico.

As ocupações de terra ferem a lógica capitalista do território e, por essa razão, o agronegócio investe na criminalização da luta pela propriedade, pressionando o Estado para impedir a propagação dessa prática, e inflamando a opinião pública com discursos radicais e extremistas contra os movimentos camponeses, associando as práticas dos mesmos a ações criminosas e até atos de terrorismo. Segundo afirma o trabalho “Assentamentos em debate” desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o controle do território e das formas de acesso à terra são os objetivos da mercantilização da reforma agrária.

É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista. Por essa razão, as ocupações de terra são uma afronta ao agronegócio, porque essa prática secular de luta popular encontra-se fora da lógica de dominação das relações capitalistas. Assim, o sacro agronegócio procura demonizar os movimentos socioterritoriais que permanentemente ocupam a terra. (BRASIL, 2005, p.48).

2.1 A questão agrária no mundo

Ao se debater a questão da distribuição de terras é importante apresentar os múltiplos modelos e processos de reforma agrária em nível internacional, a fim de permitir uma leitura abrangente da questão em países com histórias, instituições, religiões e estruturas sociais e econômicas distintas.

As discussões quanto a adoção de políticas públicas voltadas para a questão da concentração de terras possui precedentes internacionais. Movimentos historicamente primordiais como a Revolução Industrial inglesa e a Revolução Francesa foram precedidas por mudanças agrícolas e/ou agrárias, que criaram bases para o advento da indústria moderna como Karl Marx pontua em sua obra “O Capital”.

A dinamização de ligações estratégicas e comerciais cada vez mais densas entre o campo e a cidade se afirma com o advento da indústria e, fundamentalmente, da divisão do trabalho e da solidificação do operariado. (MARX, 1998, p.32).

Como afirma o trabalho “A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento”, produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Japão em um período que compreende pouco mais de meio século o país deixou de ser uma economia feudal para transformar-se em uma nação industrial, por conta da demanda urbana e das inovações tecnológicas da agricultura.

Se, hoje, o Japão é uma das maiores nações industriais do planeta, não poderíamos deixar de ressaltar que a dissolução do regime feudal e a construção de novas relações no mundo rural muito contribuíram para a perenidade das relações de trabalho (livre) e de consumo (capitalista). (BRASIL, 2008, p.26).

Na América Latina a questão agrária é mais evidente nos ditos governos populares, como é o caso de países como México, Guatemala, Nicarágua e Cuba. Os processos de reforma agrária reúnem características de populismo com elementos locais, que se assemelham a traços do socialismo real.

Mesmo com as independências nacionais que explodiram durante o início do século XIX, nada mudou na estrutura da concentração de terras na América Latina. O território continuou sendo concentrado nas mãos de poucos proprietários europeus.

Em alguns países a questão da terra foi tratada através de um conjunto de transformações sociais e institucionais maiores. No México a reforma agrária foi iniciada em 1915 e terminada em 1991, pelo então presidente Salinas de Gortari, com a elaboração da “Nova Lei Agrária”, a lei mais duradoura e que atingiu o maior número de famílias e territórios em toda a América Latina.

Segundo o historiador Voltaire Schilling, “as grandes haciendas perfaziam mais ou menos oito mil e se encontravam nas mãos de uma aristocracia agrária de origem espanhola (os guachupines) não miscigenada, que perfazia menos de 3% das famílias mexicanas. Quer dizer, 3% da população detinham o controle das melhores terras do país. 95% dos camponeses mexicanos eram despidos de qualquer tipo de propriedade. (BRASIL, 2008, p.30).

Entre 1915 e 1920 a reforma agrária mexicana distribuiu cerca de 380 mil hectares, no governo seguinte, do presidente Obregon, esse número foi elevado para 1,5 milhão de

hectares. Em 1935, sob a presidência de Lázaro Cárdenas, foram distribuídos e regularizados 17 milhões de hectares de terra para 770 mil camponeses. À medida que o país se modernizou e industrializou os créditos para as famílias camponesas foram diminuindo gradativamente.

Na Guatemala entre 1944 e 1954 as organizações indígenas e o campesinato foram protagonistas no programa de reforma agrária do presidente Jacobo Arbenz. Ele pretendia promover a industrialização e a repartição das terras no país. O Congresso aprovou a Lei de Reforma Agrária cujos principais objetivos eram: eliminar os “resquícios de feudalismo” e formas de servitude ainda presentes no meio rural do país, promover a emancipação econômica dos pobres e da população sem-terra, além de promover a distribuição de crédito e de assistência técnica pública aos agricultores assentados.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário a lei gerou resultados diretos com a multiplicação dos mandatos de expropriação de propriedades improdutivas com, no mínimo, 90 hectares e a distribuição de cerca de 850 mil hectares de terras para 178 mil famílias. À época, calcula-se que cerca de 40% da população receberam algum benefício do programa de reforma agrária capitaneada pelo governo do Presidente Arbenz.

Porém, a Guatemala conheceu em 1954 um golpe militar protagonizado pelo Coronel Castillo Armas. Proprietários de terra europeus, setores da Igreja Católica e a classe média urbana fizeram oposição à reforma agrária no país. Hoje cerca de 96% dos agricultores guatemaltecos possuem 20% das terras aráveis do país, enquanto que 0,15% dos maiores estabelecimentos possuem 70% das terras.

Na Nicarágua o movimento agrário surge através da revolução promovida por Augusto César Sandino, liderando milícias militares compostas por camponeses. A revolução sandinista pôs fim à ditadura de Anastácio Somoza e nacionalizou os bens da família, iniciando um amplo processo de reforma agrária através da redistribuição das terras do ex-ditador.

Para se ter uma ideia da amplitude da desigualdade na tenência de terras do país basta mencionar que apenas 575 estabelecimentos rurais detinham mais de 30% das terras cultiváveis. Inversamente, os estabelecimentos com menos de sete hectares detinham somente 3,4% das terras. (BRASIL, 2008, p.35).

Pressões norte-americanas durante o governo de Ronald Reagan, aliada à penúria da população rural nicaraguense, encaminhou o fim dos movimentos revolucionários no país. Hoje, segundo a ONG Social Watch, a Nicarágua tem investimentos abaixo da média

esperada no combate ao analfabetismo, desnutrição, infraestrutura de serviços, e políticas sociais dirigidas à infância.

Desde o advento da Revolução Cubana em 1959, Cuba se tornou sinônimo de socialismo real. Com a vitória dos rebeldes foi constituída a “primeira lei de reforma agrária. No entanto, em 1958, os rebeldes se puseram de acordo sobre a prevalência da distribuição das terras cultiváveis aos camponeses em um documento intitulado “Derecho de los Campesinos a la Tierra”. Em 1963, como resultado definitivo da opção socialista de Estado, foi elaborada a “segunda lei de reforma agrária” que diminui a quantidade de estabelecimentos rurais privados.

Em 1952, apenas 28 estabelecimentos rurais dedicados à monocultura da cana-de-açúcar totalizavam pouco mais de 2 milhões de hectares. Tal magnitude correspondia a cerca de 40% dos estabelecimentos com área superior a 400 hectares. Mais: se somarmos os estabelecimentos dedicados à pecuária – segundo produto de exportação cubana no período pré-r evolucionário – chegar-se-á a cerca de 95% do total dos estabelecimentos com mais de quatrocentos hectares. (BRASIL, 2008, p.39).

Os diferentes modelos de distribuição de terras e reforma agrária, são constituídos como reflexos de acontecimentos relacionados a contextos históricos e sociais, partindo de influências nacionais e internacionais. A busca por uma solução universal para a questão agrária é inviável, visto que é uma situação que se adapta e transfere de acordo com as realidades socioeconômicas, políticas e institucionais de cada país. Da mesma forma, um sistema implantado sem as devidas fiscalizações e acompanhamentos do Estado, não garante uma solução duradoura para o problema.

2.2 Ariadnópolis

No Brasil a conquista da terra e a realização da reforma agrária só podem ser alcançadas através do enfrentamento político. Com a existência ou não de uma política de reforma agrária a luta pela terra avança, à medida que o camponês se encontra expropriado e possui duas opções de caminhos a serem seguidos: vender a força de trabalho aos donos das grandes propriedades, ou iniciar a luta por terra.

Em “A luta pela terra no sul/sudoeste de Minas Gerais: o espaço da resistência e o território conquistado” (LOURENÇO; SOUZA; VALE, 2010), no sul de Minas Gerais a luta pela terra começou em 1997, a primeira ocupação de terra culminou na formação em 1998 do assentamento Primeiro do Sul, no município de Campo do Meio (MG). O latifúndio ocupado

era uma fazenda de café, a Fazenda Jatobá, que tinha cerca de 900 hectares. Atualmente o Primeiro do Sul conta com 43 famílias que possuem lotes de 15 hectares, em média, de um total de 888 hectares.

Este assentamento foi implantado em menos de um ano, havia interesses do proprietário da fazenda Jatobá na desapropriação de suas terras para fins de reforma agrária, o valor oferecido e pago pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) ao proprietário foi bem superior ao valor de mercado da região, o que possibilitou ao desapropriado se apropriar de outras terras. (LOURENÇO; SOUZA; VALE, 2010, p.07).

Após a conquista do território uma série de ocupações aconteceram nas áreas adjudicadas da antiga Usina Ariadnópolis e Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA), pertencentes a uma oligarquia rural com influência política em âmbito regional e estadual.

O terreno da antiga Usina Ariadnópolis encontra-se às margens da represa da Hidrelétrica de Furnas. Durante muitas décadas, a usina de açúcar e álcool foi um dos motores econômicos da cidade e promoveu a plantação de 3.600 hectares de cana de açúcar. A empresa ficou famosa por contratar trabalhadores rurais da região para as épocas de colheitas. Porém na década de 90 a empresa suspendeu as operações e declarou falência em 2002.

De acordo com o Sindicato dos Empregados Rurais de Campo do Meio, aproximadamente 400 ex-trabalhadores da usina Ariadnópolis processam a empresa na Justiça. Eles foram demitidos em 1994 sem receber rescisão e descobriram que o FGTS e o INSS também não foram recolhidos. Estima-se que a empresa deve R\$ 8 milhões somente nestes processos.

Segundo Lourenço, Souza e Vale, desde a década de 90 a usina já tinha baixado sua produção e estava listada como grande devedora e alvo de processos trabalhistas. Estima-se que a dívida da empresa seja de R\$ 300 milhões, enquanto seu patrimônio está estimado pelo governo estadual em R\$ 74 milhões.

No início do ano de 1998 cerca de 150 famílias ocuparam 300 hectares de terra das áreas, levantando o acampamento Girassol, se tornando um espaço de produção de alimentos. No entanto, no mesmo ano foi expedido pela vara agrária estadual um mandato de reintegração de posse para as áreas ocupadas pelo Girassol.

Ao longo dos anos a área da Fazenda Ariadnópolis passou por vários processos de ocupação e despejo. Em 1998, 2005, 2007 e 2009 os sem-terra passaram pelas mais violentas expulsões de acampamentos instalados dentro do terreno da usina.

Em 2009, porém, aconteceu o despejo de quatro acampamentos em três dias: Tiradentes, Sidney Dias, Irmã Dorothy e Nova Conquista. O MST se reorganizou e voltou ocupando todos os 3.600 hectares da antiga CAPIA.

Após mais de 15 anos de enfrentamento, em 25 de setembro de 2015, a Fazenda Ariadnópolis, foi desapropriada pelo Governo de Minas Gerais. Para que o Estado assumisse a responsabilidade pela desapropriação no lugar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a fazenda foi considerada de interesse social.

Hoje são 10 acampamentos (Fome Zero, Resistência, Betinho, Girassol, Rosa Luxemburgo, Tiradentes, Sidney Dias, Irmã Doroty 1, 2 e 3) que foram ocupados dentro do perímetro da antiga CAPIA, onde moram 570 famílias em lotes de 5 a 10 hectares. O MST coordena também dois assentamentos (Primeiro do Sul e Nova Conquista) e três acampamentos (Campo das Flores, Potreiro e Chico Mendes) ao lado da área.

Os efeitos para a economia local demonstram a força dos agricultores. A fazenda Campo Verde, de um dos maiores produtores de café do país, João Faria, tem mil hectares e fica ao lado de Ariadnópolis. A Campo Verde emprega hoje cerca de 200 trabalhadores, segundo a administração da empresa. Dois funcionários a cada 10 hectares. Já as áreas do MST, que somam 3.600 hectares, empregam aproximadamente 1.300 pessoas. 3,6 trabalhadores para cada 10 hectares. Um resultado empregatício 80% maior que o modelo de produção do agronegócio. (LOURENÇO; SOUZA; VALE, 2010, p.10).

Hoje, 95% das famílias vivem da produção do café. No último ano, os Sem Terra iniciaram um projeto de transição do cultivo do café convencional para o orgânico, que tem como objetivo elevar a qualidade de produção, comercialização e qualidade do café.

2.3 Em busca de identidade

As pesquisas realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural entorno dos projetos de assentamentos de reforma agrária sugerem que não se trata de um contexto social simples e de fácil entendimento, devido ao fato de que há o envolvimento de diferentes porta vozes e projetos de vida, além da atuação do próprio Estado.

O estudo “Análise territorial da produção nos assentamentos” (BRASIL, 2005), afirma que as pessoas assentadas buscam organizar as relações internas de modo a apresentar para a sociedade uma alternativa viável a um número maior de pessoas: o acesso à terra e,

consequentemente a uma qualidade de vida superior àquela que tinham em outros tempos e em outros lugares.

Os assentamentos rurais devem ser entendidos considerando sua temporalidade dinâmica e, também conflituosa, espaço-tempo onde encontramos subjetividades diferenciadas e distintos projetos familiares que se cruzam e se conflitam cotidianamente. Não podemos construir uma visão linear – com padrões e modelos únicos e homogêneos – das condições de permanência na terra, principalmente porque não é possível estabelecer uma unidade de ações no interior desse espaço social. Neste se conflitam constantemente as múltiplas necessidades e anseios das pessoas. Em outras palavras, devemos atuar nos assentamentos, entendendo-os como um espaço em construção, onde encontramos também as rupturas, frente aos variados projetos presentes no cotidiano das famílias. (BRASIL, 2005, p.12).

Os assentados de hoje são em maioria ex-acampados, que perderam o emprego no campo, tiveram que vender suas terras ou migraram para a periferia das cidades. O fato dessas pessoas aceitarem condições precárias em muitos assentamentos reforça a importância do programa de reforma agrária e a necessidade de ampliação das ações do governo no que diz respeito à concentração de terras. Os assentados encontram no acesso à terra a solução de seus problemas.

Mesmo que as condições estruturais e a qualidade de vida em muitos assentamentos não sejam ideais, trabalhadores rurais que perderam os seus empregos encontram nessas condições mais esperança do que a migração para as cidades ou a remuneração oferecida pelo seu trabalho. Essas famílias veem na posse da terra e no domínio dos meios de produção a solução de parte dos seus problemas, provavelmente pensando nas consequências futuras, e não nas condições precárias do presente.

Essa visão apenas reforça o conceito de que o domínio sobre os meios de produção, representado principalmente pela posse da terra, é o principal fator de sucesso da reforma agrária. Esse fator é suplantado pelos benefícios indiretos, como acesso a créditos, moradia e infra-estrutura, que são necessários apenas para garantir condições mínimas de qualidade de vida aos assentados e permitir que consolidem e desenvolvam mais rapidamente sua produção agrícola. Essas questões, no entanto, não são as principais e não constituem o objetivo final. (BRASIL, 2005, p. 18).

As famílias assentadas buscam uma autonomia, que não está baseada na independência dos órgãos e programas governamentais, mas na organização interna e capacidade de mobilização social e política dos assentados, como sujeitos de suas próprias biografias.

Essas famílias almejam realizar o sonho de conquistar a “terra prometida”, que garante liberdade e sobrevivência através da produção e do trabalho, que aqui se apresenta com valor simbólico, sendo um fator primordial no processo de luta e conquista da terra.

A busca por trabalho é resultado direto das experiências e da realidade (inclusive urbanas) de desemprego, subemprego e baixa remuneração. As pessoas buscam formas para superar a condição de desempregadas ou de exploração (empregados, meeiros, etc.), construindo alternativas, inclusive do ponto de vista simbólico. (BRASIL, 2015, p.24).

A terra também possui um valor simbólico, relacionado à existência. Ela representa um local de pertencimento e construção do ser, estabelecendo o sentimento de identidade. Pela falta de um lugar para viver, e pelas consequências do desemprego, as pessoas são forçadas a constantes deslocamentos. O sem terra busca então, com a ocupação de terras, encontrar o seu porto seguro, e reconstruir a sensação de pertencimento.

As pessoas se deslocam em busca de trabalho e a possibilidade de enraizamento gera segurança, porque estabelece um ponto de referência e uma localização geográfica. Possuir um lugar se transforma na referência que contrasta com a ausência de um local para morar ou mesmo com as incertezas de um acampamento.

Os projetos de assentamento são reflexos diretos dos efeitos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade. A luta pela terra, e a criação de assentamentos gera uma nova organização social, econômica e política. O espaço passa a ser referência para a reconstrução identitária para as famílias sem-terra, e estabelece uma nova relação com a sociedade exterior.

A partir do momento que o assentado se reconhece como ser, com uma identidade estabelecida, uma origem e um local de pertencimento, há o estabelecimento de uma relação igualitária com a sociedade, por meio do reconhecimento social.

As pessoas assentadas explicitam plena consciência dessa mudança colocando a principal razão no fruto do trabalho, na produção e nas resultantes relações comerciais. Deixam de ser vistos como ladrões e vagabundos e passam a produtores (e consumidores), estabelecendo uma relação diferente com a “sociedade”. A produção (como resultado do trabalho) passa a ser o elemento central tanto das representações da sociedade como das próprias pessoas assentadas, inclusive porque se percebem como capazes de sustentar a família (produção para o autoconsumo que garante a reprodução social). (BRASIL, 2005, p.31).

Apesar da autonomia e reconhecimento social alcançados pelos assentados através da produtividade, os locais encontram dificuldades como falta de investimentos, falta de créditos,

preços de produtos, que geram obstáculos na busca por renda e na luta para permanecer na terra e melhorar as condições de vida das famílias.

O Estado impõe lógicas mercantilistas aos assentamentos, buscando concretizar metas de produção que respondam aos anseios do mercado, o que resulta no fortalecimento do agronegócio, frente aos projetos de agricultura familiar. Se espera que as famílias assentadas alcancem níveis de produção que supram a necessidade do mercado, e, apenas assim, estariam justificando sua existência e relevância.

Em “Para além do capital”, István Mészáros analisa que o sistema capitalista em si promove uma divisão que favorece o capital, fraturando e fragmentando ainda mais o movimento político dos trabalhadores.

O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais que têm como núcleo fundante a classe trabalhadora é criar e inventar novas formas de atuação, autônomas, capazes de articular intimamente as lutas sociais, eliminando a separação, introduzida pelo capital, entre ação econômica, num lado (realizada pelos sindicatos), e ação político-parlamentar, no outro polo (realizada pelos partidos). (MÉSZÁROS, 2009, p.33).

Os projetos de assentamento não podem ser compreendidos como espaços monolíticos e imutáveis. São espaços sociais em construção, que reúnem diferentes projetos familiares estruturados a partir das mais variadas representações sociais, que anseiam por projetos que supram suas múltiplas necessidades. As políticas de apoio aos assentamentos, por parte do governo em todos os seus níveis, devem ser de longo prazo.

No início, deveriam envolver fases de atuação mais intensiva e voltada à implantação de infraestrutura básica. Posteriormente, deveriam ter o objetivo de integrar os projetos no contexto regional visando ao acesso a serviços e benefícios desvinculados das ações de intervenção fundiária direta ou da lista de obrigações assumidas pelo governo no momento da criação dos projetos. (BRASIL, 2005, p.39).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento desse trabalho foi realizada, primeiramente, uma pesquisa de campo, através da visita in loco ao município de Campo do Meio (MG), possibilitando o contato direto com as personagens da história a ser contada.

Utilizando de técnicas do jornalismo contemporâneo através de entrevistas e relatos fotográficos, foi reunido o material necessário para o desenvolvimento do trabalho em questão.

Para atingir o objetivo almejado de reproduzir com honestidade o contexto vivido no Quilombo Campo Grande, e seu papel na região em que atua, o autor desse trabalho se utilizou de duas metodologias complementares no âmbito jornalístico: o Novo Jornalismo e o Jornalismo Literário.

O Novo Jornalismo teve seus primórdios nos Estados Unidos, nos anos 60, inflamado por nomes clássicos como Gay Talese, Tom Wolfe, Norman Mailer e Truman Capote. Esses jornalistas estabeleceram um método de atuação baseado na vivência e experimentação da realidade a ser abordada. Utilizando das técnicas do Novo Jornalismo, o autor deste trabalho pôde se aproximar dos sujeitos e questões catalizadoras da história a ser contada, permitindo a produção de um conteúdo mais empático, humano e próximo da realidade.

Após as captações foi necessário reunir o conteúdo em um meio capaz de compreender a totalidade do material obtido, possibilitando a transmissão fiel da história. Foi escolhido então como meio de comunicação o livro reportagem.

O Jornalismo Literário aparece como a atuação sugerida pelos profissionais do Novo Jornalismo. Essa metodologia parte de uma preocupação constante em fazer um jornalismo que revele um contexto mais aprofundado àquele explorado pelos meios tradicionais de comunicação, delimitados por questões de cronograma e atualidade de informação exigidas pelos grandes veículos. No livro reportagem a notícia parte da perspectiva individual, usando técnicas da literatura na captação, redação, edição de texto, observando a realidade de forma mais próxima.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações obtidas pela pesquisa, e o quadro contextualizado através das observações, exhibe resultados de grande desenvolvimento para o município de Campo do Meio, com o estabelecimento dos acampamentos e a criação do Quilombo Campo Grande.

Observando em números, a safra de 2017-2018 colhida pelos assentados representou quantidades relevantes. O café representou 510 mil quilos, totalizando 8 mil e 500 sacas produzidas; o milho rendeu 3 milhões e 300 mil quilos, agregando 55 mil sacas; e o feijão totalizou 525 mil quilos, fechando 8 mil e 750 sacas.

Antes da existência do Quilombo, o município de Campo do Meio trabalhava com a produção de Cana de Açúcar, Álcool e Açúcar, produtos provenientes do trabalho desenvolvido pela antiga Usina. Atualmente, os assentados garantiram a produção de Leite, Amendoim, Queijo, Frango, Milho, Tomate, Sabonete, Cosméticos, Geleias, Sementes Orgânicas, entre outros.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário os assentados de hoje são em maioria ex-acampados, que perderam o emprego no campo, ou tiveram que vender suas terras, ou migraram para as periferias. O fato de se estabelecer em um local geograficamente reconhecido, gera nesse território um valor simbólico junto a seus moradores, garantindo ideais de pertencimento e recuperação da identidade, como um local de origem e retorno.

O reconhecimento acontece também por parte da sociedade, que a partir do momento que observa a produção realizada pelos acampamentos, e o movimento gerado no comércio local, ressignifica o papel dos assentados, e os reconhece como trabalhadores, moradores legítimos do local, e membros de atuação relevante no contexto em que vivem.

5 CONCLUSÃO

A partir da reabertura política em 1985, os investimentos do país no que diz respeito a reforma agrária foram basicamente uma política de assentamento de famílias sem-terra. Ações que têm impacto relevante no cenário rural brasileiro incentivando a agricultura familiar no país, no entanto não são capazes de configurar um projeto de reforma agrária.

A busca pela implementação de uma política de reforma agrária forte com presença relevante na agenda governamental, não é uma prioridade do Estado, nem nunca foi. Falar que a Constituição de 1988, ou as transições do governo, foram os principais agentes que influenciaram o debate sobre a reforma agrária é ignorar os verdadeiros responsáveis pela formulação, definição de prioridades e pelo ritmo de implementação de políticas públicas de assentamento de trabalhadores sem-terra no Brasil: os próprios trabalhadores organizados em movimentos sociais, juntamente com instituições como Igreja Católica, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), universidades e partidos de esquerda.

Como analisa o Ministério do Desenvolvimento Agrário em “Assentamentos em debate”, a criação do assentamento é produto de conflitos, lutas populares e demandas sociais pelo direito de acesso à terra. A mobilização e organização sociais, o enfrentamento com os poderes políticos locais e nacionais, as disputas com o latifúndio e com o Estado e os questionamentos das leis de propriedade caracterizam essas lutas.

Os assentamentos tendem a promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se instalam, muitas vezes caracterizada por uma agricultura com baixo dinamismo. A diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas, mudanças tecnológicas, refletem-se na composição da receita dos assentados afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc., com efeitos sobre a capacidade do assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional (BRASIL, 2005, p.41).

A conversão de uma grande área de terra improdutiva em um lugar de produção e vida para dezenas, centenas de famílias é um aspecto da reorganização fundiária que tem impactos, inclusive econômicos, que transcendem as fronteiras dos projetos, transformando a ruralidade de espaços vazios. Esses impactos não se resumem apenas ao aumento da produção agropecuária e o aquecimento da economia local, mas a uma série de mudanças sociais e políticas, muitas vezes mudando a relação entre as forças locais e regionais.

No entanto a capacidade produtiva dos assentamentos, a autonomia do trabalhador do campo e a conquista da identidade territorial das famílias sem-terra, não estão alheios aos

problemas reais enfrentados nos projetos. Dificuldades como falta de investimentos, falta de crédito, problemas de preços dos produtos não podem ser esquecidas, e fortalecem o coro na luta por renda, para permanecer na terra e melhorar as condições de vida. Essas dificuldades não eliminam os sonhos dos assentados, e são motivações para as constantes reivindicações por investimentos públicos nos projetos.

No dia 30 de novembro de 2018 o desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), publicou a decisão de suspender a reintegração de posse da área da usina de Ariadnópolis, em Campo do Meio, por compreender que as famílias que moram na região ocupam a área rural por considerável período, aproximadamente 14 anos, com cultivo de lavoura de café entre outros, havendo inclusive imóveis edificados nos quais residem as respectivas famílias, e diante da possibilidade de reversão, há necessidade de uma análise mais aprofundada sobre o caso.

Apesar das conclusões favoráveis da justiça a luta pelo território, que já dura 20 anos continua em movimento. Enquanto a desapropriação das terras da Fazenda Ariadnópolis não for devidamente concluída, as 450 famílias que totalizam mais de 2.000 pessoas vivendo no local, continuam alertas, lutando, ocupando, produzindo e resistindo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Reforma agrária e Desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, 2008.

BRASIL. **Assentamentos em debate.** Brasília: NEAD, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento.** Brasília: MDA, 2008.

BRASIL. **Análise territorial da produção nos assentamentos.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005.

LOURENÇO, A.; SOUZA, A.; VALE, A. **A luta pela terra no sul/sudoeste de Minas Gerais:** o espaço da resistência e o território conquistado. Minas Gerais: UNIFAL, 2010.

MARX, Karl. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>> Acesso em: 23 de agosto de 2018.